

CIBEC/INEP



B0007934

HELENE

PARA
AMENTO
DA EDUCAÇÃO
NO MEIO RURAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL

7.014.542
8941b

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil
João Figueiredo

Ministro da Educação e Cultura
Eduardo Portella

**SUBSÍDIOS PARA
O PLANEJAMENTO
DA EDUCAÇÃO
NO MEIO RURAL**

Secretário-Geral

João Guilherme de Aragão

Subsecretário-Geral

Marcello Marcio de Medeiros Arcoverde

Secretário de Planejamento

Antenor Manoel Naspolini

B823 Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral.
Subsídios para o planejamento da educação no meio rural. Brasília, MEC/DDD, 1979.

53 p.

1. Educação rural-planejamento. I. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação. II. Título.

C.D.U. 37.014.5:
371.214.1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL

SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

DEPOSITÁRIA
MEC/INEP
SIST. CIBEC

DD Departamento de Documentação e Divulgação
Brasília, DF – 1979

APRESENTAÇÃO

Dentro do quadro da Política Social do Plano Nacional de Desenvolvimento 1980/85, a educação se compromete a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se, preferencialmente, para a população de baixa renda.

Neste contexto, assume caráter de prioridade a educação no meio rural, onde se concentra um dos focos de pobreza acentuada no País. Dadas as condições sócio-econômico-culturais do meio rural, a educação constitui um grande desafio, exigindo uma redefinição de políticas, numa abordagem de planejamento global e integrado que se fundamenta na descentralização e na participação.

O presente documento — produto dos estudos realizados por este Ministério a partir de 1976 — tem por objetivo subsidiar a elaboração de programas e projetos educacionais, que possam contribuir para a expansão e melhoria da educação, bem como para a minimização das desigualdades sociais nas áreas rurais.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	9
I - REFERÊNCIAS CONCEITUAIS	11
II - PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO ..	15
III - RECOMENDAÇÕES.....	19
IV - LINHAS DE PROGRAMAÇÃO	45
BIBLIOGRAFIA	51

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria-Geral e com a colaboração da UNESCO, realizou, em 1976, um curso sobre Planejamento e Administração da Educação para o Desenvolvimento Integrado das Áreas Rurais, contando com a participação de representantes das Secretarias de Educação dos Estados do Norte e Nordeste e de instituições e órgãos federais e estaduais que atuam em áreas rurais.

Durante o curso foi desenvolvida uma metodologia de observação e de análise da realidade rural, como instrumento para o planejamento da educação. A aplicação dessa metodologia suscitou questionamentos e novas reflexões, no sentido do aperfeiçoamento da mesma.

Após a realização desse curso, a Secretaria-Geral sentiu a necessidade de aprofundar os estudos sobre a educação no meio rural, a fim de possibilitar, posterior mente, a definição de políticas e diretrizes gerais que viessem apoiar as unidades federadas nas suas programações.

Assim sendo, pela Portaria Ministerial nº 47, de 20 de janeiro de 1977, foi designado um Grupo Especial de Trabalho, integrado por representantes dos diversos departamentos do MEC, destinado a proceder estudos e desenvolver atividades com o objetivo de apoiar a formulação de diretrizes para a educação nas áreas rurais, de fundamentar uma ação integrada do MEC junto aos estados e órgãos governamentais e de facilitar a obtenção de informações necessárias, com vistas a um possível acordo com o Banco Mundial, que conduziria a um 3º Projeto Educacional MEC/BIRD.

O referido Grupo elaborou um programa de atividades para o ano de 1977, que foi desenvolvido de forma integrada com o CNRH/IPLAN e com a cooperação do PNUD/UNESCO.

Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se:¹

- estudos sobre a caracterização sócio-econômica do meio rural dos Estados do Amazonas e Pará e da região Nordeste;
- análise de ações em desenvolvimento no meio rural desses estados;
- aprofundamento dos estudos sobre problemas, prioridades e perspectivas educacionais, através de contatos com as Secretarias de Educação, programas e instituições que atuam nas áreas rurais;
- observação *in loco*, estudo e análise de experiências inovadoras de educação, em diversas realidades rurais do País;

Ver documentos básicos que orientaram cursos de Caicó - Nata! (1976) e de Garanhuns — Pernambuco (1977).

- identificação e análise de fatores de ordem político-administrativa e gerenciais que incidem sobre a elaboração de programas no meio rural, seu dimensionamento e desenvolvimento, quais sejam:
- estrutura fundiária e exploração da terra, que determinam demandas concretas de capacitação e habilitação específicas da força de trabalho e que influem no nível de renda da população, na concentração e flutuação da mesma e nas possibilidades de sua participação no processo educacional;
 - características e nível de desenvolvimento da infra-estrutura no meio rural, que dificultam o processo de aceleração das mudanças no setor educacional, sua adequação às necessidades da população, bem como a ampliação oportuna dos serviços;
 - política agropecuária, que concentra grande parte de suas ações em áreas rurais definidas como prioritárias e de maior potencial de recursos naturais;
 - capacidade financeira do setor educacional, que é limitada para ampliar e melhorar a prestação do serviço educacional no meio rural;
 - capacidade gerencial do setor educacional que se encontra mais estruturado e destinado à prestação de serviços nas áreas urbanas e semi-urbanas.

O Grupo Especial elaborou ainda instrumentos de trabalho para contato com Secretarias Estaduais de Educação, de Planejamento, órgãos e instituições que atuam nas áreas rurais, como também para o contato com diferentes comunidades rurais. Consultou também inúmeros documentos elaborados pelos estados sobre suas realidades sócio-econômicas e identificou alguns estudos e pesquisas na SUDENE e em instituições superiores de ensino.

A abrangência dos estudos e as análises desenvolvidas e o reconhecimento da complexidade de que se reveste a educação no meio rural conduziram à elaboração deste documento, cujo objetivo é oferecer, tanto aos órgãos do MEC quanto às Secretarias de Educação e outras instituições interessadas, um instrumento para debates e reflexões com vistas a subsidiar o planejamento da educação no meio rural.

Cabe salientar que a presente versão contém algumas reformulações resultantes da análise das versões anteriores.

No primeiro item deste documento são apresentadas algumas referências sobre termos utilizados ao longo do texto, tais como: meio rural, desenvolvimento rural, planejamento e administração, participação da comunidade e educação no meio rural.

O item segundo apresenta princípios básicos para o planejamento da educação no meio rural, ou seja, o marco teórico e a fundamentação das ações a serem desenvolvidas no meio rural.

Recomendações de caráter geral, como conseqüência do marco teórico, buscam orientar o processo educacional, constituindo objeto do item terceiro. Neste mesmo item são apresentadas sugestões de ações gerais e específicas, levando em consideração os componentes educacionais.

Finalmente, são apresentados no item quarto alguns aspectos relacionados às linhas de programação, bem como estratégias de ação.

I - REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Os contatos, análises e discussões desenvolvidos pelo Grupo Especial sobre a educação no meio rural, tanto a nível de MEC quanto dos estados, conduziram a um consenso sobre alguns termos que são utilizados no presente documento. Não se trata de definições ou conceituações, mas da identificação de características básicas dos seguintes termos: meio rural, desenvolvimento rural, planejamento e administração, participação da comunidade e educação no meio rural.

Meio Rural

Entende-se por meio rural o ambiente geográfico, cultural e econômico relacionado às atividades do setor primário da economia, no qual vive uma parcela da população. O meio rural pode ser compreendido melhor através de traços ou manifestações características de seus membros, das formas de organização, de participação e de relacionamento das atividades econômicas e sociais. Desse modo:

- a população rural encontra-se em relação direta com a terra, onde os indivíduos trabalham em atividades agrícolas ou pecuárias, visando à obtenção de produtos da agricultura e da criação. A subsistência da maioria da população advém do fruto deste contato direto e dependente da terra. Assim, uma população para ser essencialmente rural não necessita viver isolada, longe de estradas e sem qualquer benefício do desenvolvimento. O traço característico é a ocupação com a terra e a criação, sendo a subsistência o produto deste trabalho;
- a produção da grande maioria da população rural — pelo seu baixo nível, pela falta de orientação e estrutura de posse de terra — é apenas suficiente e às vezes deficiente para a subsistência do indivíduo e de sua família. Daí por que se falar genericamente em agricultura de subsistência;
- essa agricultura baseia-se no trabalho da família, que não somente é unidade de produção, como também matriz formadora de valores e de hábitos de vida;
- a população rural, em decorrência da agricultura de subsistência, possui, em grande maioria, um padrão de vida extremamente baixo e quase nenhum poder aquisitivo. De modo geral, o camponês vende os alimentos de que necessita para satisfazer alguma outra necessidade imediata e compra depois estes mesmos alimentos por um preço consideravelmente mais alto;
- a população rural constitui mão-de-obra assalariada em base temporária, isto é, durante os períodos de inatividade na agricultura. Assim, através do trabalho assalariado, difundido nos anos recentes, as comunidades rurais estão ligadas à economia monetária, porque a agricultura de subsistência não lhes oferece emprego durante todo o ano e não produz o rendimento monetário de que necessitam. Em geral, observam alguns autores, as comunidades rurais que são atraídas para a economia monetária têm sofrido mais perdas do que ganhos;
- em virtude da expansão da fronteira agrícola, como forma de aumento de produção, a dispersão da população é bem grande, fazendo com que os grupos

- rurais tendam, em geral, a ser pequenos e a possuir origens mais homogêneas do que a população urbana, que recebe indivíduos de contextos diversos;
- a homogeneidade que caracteriza a população rural se reflete no seu comportamento, uma vez que os valores culturais no campo tendem a ser mais firmes, arraigados e a se modificarem mais lentamente do que no meio urbano;
 - no campo, a mobilidade tanto horizontal quanto vertical ocorre em menor proporção que na cidade, especialmente a mobilidade ocupacional. Tem-se assinalado que as diferenças entre os extremos da pirâmide social são menores no campo do que na cidade;
 - no meio rural predominam as relações, os contatos primários, ou seja, os contatos face a face. A quantidade de contatos é menor em relação ao meio urbano, porém são mais diretos e concretos. As pessoas se conhecem, sabem a história dos indivíduos com os quais tratam. Baseados nos contatos face a face, predominam os modos orais de transmissão cultural. Os valores e as crenças são desenvolvidos como forma de sobrevivência, donde decorrem uma solidariedade e sentidos comuns próprios, para compensar a pobreza e a carência de serviços públicos.

Desenvolvimento Rural

Entende-se desenvolvimento rural como um processo de transformações que deve partir da própria comunidade rural, envolvendo sua participação, com base em seus interesses e necessidades e tendo como propósito essencial a melhoria de suas condições de vida. Neste processo, busca-se uma progressiva e constante elevação da situação cultural, social e econômica, levando em conta as relações estruturais existentes entre as áreas rurais e os centros de poder e decisão.

Esta abordagem parte do princípio de que as pessoas são o centro do desenvolvimento, sendo este visto como instrumento de crescimento dos indivíduos para torná-los agentes ativos da edificação da cultura e da sociedade.

Um programa de desenvolvimento rural pressupõe a integração dos diversos setores através de ações voltadas para o aumento da produção agrícola, criação de novas oportunidades de emprego, melhoria das condições de saúde, saneamento básico e educação, ampliação dos serviços de comunicação e transporte e melhoria da habitação, ações estas consideradas como meios de incrementar direta e indiretamente o bem-estar da população.

Planejamento e Administração

O bem-estar da população rural deve ser considerado como o elemento principal da estratégia a ser adotada no planejamento do desenvolvimento e não como resultado do crescimento econômico.

Segundo essa concepção, as comunidades rurais devem participar do processo de identificação de suas necessidades e interesses. Sob esta ótica, o papel principal do planejamento está em motivar a participação e integração da comunidade na definição do como, quando e de que forma deseja resolver seus problemas, tomando como base os critérios de prioridade estabelecidos.

A função do planejador neste contexto de realidade será, principalmente, a de cooperação e estímulo junto às comunidades rurais no sentido de categorizar suas

próprias necessidades e de buscar soluções, partindo do princípio de que tais necessidades surgem da própria realidade e, portanto, não cabe estabelecê-las *a priori*, do alto para a base.

Deste modo, a pirâmide burocrática do planejamento se inverte e o planejamento da educação no meio rural passa a ser um processo sistemático, interdisciplinar e participativo de diagnóstico da realidade rural e de previsão de suas necessidades educacionais, em função do desenvolvimento integrado.

A administração deverá, pois, apoiar-se em critérios, normas e mecanismos flexíveis e adequados às condições do meio e como suporte às ações planejadas.

Participação da Comunidade

A participação vem assumindo na sociedade contemporânea maior importância, tanto pelo seu valor instrumental como pela sua capacidade de fomentar a cooperação e a igualdade entre os diferentes grupos sociais.

Em termos ideais, o conceito de participação da comunidade implicaria em compartilhar o poder, mediante sua intervenção efetiva no processo de tomada de decisões. Num plano mais realista, entretanto, a participação pode ser considerada como a conciliação entre a autogestão e o centralismo.

O conceito de participação não se limita ao âmbito de formulação de políticas, mas pressupõe também co-responsabilidade na execução e avaliação das ações programadas.

A participação da comunidade é, portanto, condição necessária para garantir a adequação da oferta de serviços educativos às necessidades e possibilidades sócio-econômico-culturais do meio rural.

O agente educacional, através do estímulo à participação, deve criar as bases necessárias para ajustar constantemente a programação educacional às necessidades reais dos grupos populacionais, além de favorecer a organização de comunidade numa concepção mais ampla.

Educação no Meio Rural

A educação no meio rural deve ser abrangente e global, referindo-se à comunidade como um todo, com a preocupação constante pela promoção coletiva, enraizada no próprio meio e voltada para a sua história, seu contexto econômico-geográfico, seus valores culturais, seus comportamentos e aspirações psicossociais.

Sob esse enfoque, a educação no meio rural deve ser estimulada pelo poder público, dentro do marco global do planejamento nacional, regional e local, fundamentando-se numa noção integral² e integradora³, visando a:

- contribuir para a autopromoção do homem do campo a partir de seu contexto cultural;
- desenvolver a compreensão do meio e a busca de soluções para seus problemas, desenvolvendo capacidades para uma interpretação do próprio meio;
- estimular a população rural para a participação consciente no desenvolvimento e

Integral: Homem total, global.

Integradora: Ação coordenada e convergente dos distintos setores no processo de desenvolvimento rural.

na transformação estrutural prevista na legislação e nos planos vigentes; estimular a organização da população rural em relação àqueles aspectos que são de interesse comum para se obter uma melhor solução e distribuição de oportunidades entre todos seus membros;
capacitar a população rural para uma melhor utilização dos recursos disponíveis, a fim de que possa usufruir plenamente dos bens que produz.

II - PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

Os princípios básicos, relacionados a seguir, buscam estabelecer um marco teórico, a fim de orientar o processo de planejamento da educação no meio rural, na tentativa de responder a questões, tais como: a quem se destina a educação no meio rural? Qual o seu papel? Que características deve ter e qual a estrutura educacional adequada ao meio rural?

Promoção humana e social

A educação no meio rural deve apoiar e enriquecer as vivências cotidianas da população, através do desenvolvimento de capacidades que permitam tanto à população infantil, como jovem e adulta, compreender melhor o ambiente em que vivem, defender sua própria saúde, reconhecer e aproveitar melhor os recursos naturais, estruturar-se cooperativamente, obter maior rendimento do trabalho e resolver melhor os problemas reais.

Assim, a educação deve ser um instrumento de autopromoção humana, no sentido de apoiar o homem para desenvolver sua capacidade de percepção, de análise, de interpretação e de participação, cujo direito cabe a toda a população rural, seja criança, jovem, seja adulta.

Respeito às características do meio rural

O meio rural possui características próprias de uma realidade histórica e geográfica. As respostas educacionais devem ser compatíveis com esse contexto cultural, social e ecológico.

Significa reconhecer e respeitar as características autênticas desta realidade, ponto de partida para qualquer trabalho que pretenda contribuir para o desenvolvimento rural.

Flexibilidade

Em face das características do meio rural e da educação neste contexto, os serviços educacionais devem se organizar com flexibilidade, assegurando a utilização de todos os recursos, formas e meios disponíveis na área rural e o atendimento a toda a população, seja ela criança, jovem, seja adulta. Esta flexibilidade implica, entre outros aspectos, na possibilidade de se organizarem as atividades educacionais de forma diferente de um lugar para outro, de definir calendário escolar compatível com as atividades de produção, de utilizar os ambientes escolares para a realização de ativi-

dades comunitárias, de integrar atividades educativas com as desenvolvidas por outras instituições e de introduzir conteúdos ou de possibilitar experiências novas, de acordo com os interesses e necessidades da população.

Integração com outros setores

O desenvolvimento rural envolve a transformação de estruturas econômicas e sociais e requer a atuação conjunta de vários setores, uma vez que:

- os problemas que a comunidade rural enfrenta raramente são relativos a um único setor, requerendo geralmente o concurso de vários outros;
- os serviços educativos não são exclusivos do setor educação;
- no meio rural os recursos são poucos e esparsos, exigindo utilização mais racional daqueles disponíveis;
- questões relevantes da educação encontram freqüentemente tratamento mais eficaz fora do sistema. O aproveitamento escolar, por exemplo, depende tanto das condições da clientela em termos de renda, nutrição, saúde e outras, quanto das qualidades pedagógicas do sistema.

Os serviços educacionais no meio rural devem, assim, estar integrados com as atividades desenvolvidas por outros setores, tais como: saúde, organização econômica, comunicação, previdência social, cultura e outros, estimulando o relacionamento entre pessoas e instituições, tendo em vista o interesse comum e a racional utilização dos recursos disponíveis.

inovação e Experimentação

Os conteúdos curriculares, a forma de organizar e de estruturar as atividades educacionais devem ser flexíveis, partindo das prioridades e situações identificadas no contato com os indivíduos e a comunidade. Neste contexto, a experimentação e a inovação devem ser incentivadas como meio de buscar melhores formas de organização dos conteúdos, das atividades escolares e das estratégias de utilização de recursos locais e ao mesmo tempo buscar uma estreita relação entre a educação e as mudanças introduzidas em outros setores.

Participação

A participação das pessoas e da comunidade na programação e execução das atividades significa um comprometimento desses no desenvolvimento e alcance dos objetivos previstos e a possibilidade de que as experiências educacionais se ajustem às necessidades e interesses da população.

Os programas educacionais no meio rural devem contar, assim, nas fases de diagnóstico, programação, execução e avaliação, com a participação das associações de base, das famílias e do pessoal técnico que atua em outros setores econômicos e sociais.

Valorização dos recursos humanos da comunidade

A ação educacional no meio rural deve ser conduzida, de preferência, por elementos da própria comunidade, que devem se tornar os agentes de mudança, contri-

buindo para a promoção do homem no meio rural. Em face da importância dos agentes da comunidade, sua ação deve ser apoiada e incentivada através da orientação, supervisão, treinamento e aperfeiçoamento.

Racionalização no uso dos recursos financeiros

As atividades educacionais no meio rural devem contar com recursos financeiros específicos e permanentes como forma de assegurar a aplicação e o adequado atendimento aos diversos componentes do sistema educacional. Considerando a necessidade de adequação da educação ao meio, a necessidade de experimentação e inovação, a flexibilidade e a integração com outros setores, os recursos financeiros disponíveis devem ser usados de forma racional, evitando-se duplicação de ações, criação de espaços educacionais desnecessários e inadequados ao meio.

Assim sendo, os recursos a serem utilizados para a educação no meio rural devem partir de fontes específicas e da concentração e integração de esforços de diferentes setores que atuam nas áreas rurais.

III - RECOMENDAÇÕES

Os estudos, contatos e atividades desenvolvidos até o momento permitiram estabelecer uma abordagem global, sintetizada em oito recomendações que fornecem as referências básicas ao processo de planejamento educacional nas áreas rurais.

1. A educação no meio rural deve fundamentar-se na realidade sócio-econômica e cultural de cada grupo populacional, de modo a favorecer o desenvolvimento integral do homem e da comunidade. Isto significa que deve oferecer tanto uma formação geral como capacitação para o trabalho e promover a participação na vida comunitária.
2. A programação educacional nas áreas rurais deve ocorrer de forma simultânea e integrada com a dos demais setores da atividade econômica e social. Isto significa que os programas educacionais devem estar inseridos num processo de transformação permanente, no qual a educação possa responder adequadamente às necessidades da população de forma conjunta com os outros setores.
3. O processo educacional deve estruturar-se com grande flexibilidade para garantir que o planejamento dos recursos, formas e meios educacionais respondam às variadas situações ambientais e demográficas existentes no meio rural.
4. O sistema educacional deve contar com os mecanismos necessários para possibilitar a adaptação sócio-econômica da população flutuante nas diferentes áreas. Isto significa que para que esta população possa incorporar-se efetiva e produtivamente deverá receber uma preparação que se ajuste às características e oportunidades sócio-econômicas das diferentes áreas.
5. A experimentação e inovação educacionais devem constituir parte central no planejamento do sistema, como meio de garantir uma renovação constante nos conteúdos curriculares e uma expansão coerente e progressiva do serviço educacional no meio rural. Isto é, a elaboração dos programas deve basear-se nas experiências e inovações vivenciadas pelos agentes educacionais locais e nos avanços tecnológicos, e estar relacionada às mudanças introduzidas nos outros setores.
6. A participação no processo educacional das associações de base, das famílias e do pessoal técnico que atua nos setores da atividade econômica e social constitui um dos principais fatores para assegurar uma atuação educacional integrada às condições e características do meio rural. Isto exige que o planejamento educacional tenha como ponto de partida o nível educativo e cultural da própria população que atua no meio rural e, ao mesmo tempo, constitua o centro do desenvolvimento do processo educacional.

7. A ação docente, a orientação e supervisão educacionais deverão assumir o papel de agentes de mudança na implementação da nova abordagem conferida à educação no meio rural. Isto significa que estas atividades são as mais diretamente responsáveis pela viabilização da concepção e dinâmica que se pretende introduzir no meio rural.
8. A concentração de recursos financeiros em programas amplos que possam assegurar a presença oportuna (em termos de tempo, espaço, qualidade e quantidade) dos componentes vinculados ao processo-educacional constitui a base estrutural da programação financeira para o meio rural. Equivale dizer que a pulverização dos recursos em uma grande variedade de projetos desarticulados leva ao crescimento desordenado do sistema educacional e a maiores custos. No entanto, uma ação concentrada dos diferentes órgãos permite um atendimento mais global e adequado às populações das áreas rurais.

Dessas oito recomendações fundamentais emergem sugestões de ação de caráter geral e específico, elaboradas em função dos componentes do sistema educacional, a saber:

- A - EDUCANDO
- B - CURRÍCULO
- C - DOCENTES E TÉCNICOS
- D - MATERIAL DE ENSINO
- E - PLANEJAMENTO
- F - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
- G - REDE FÍSICA.

Estes componentes e as ações sugeridas, relacionados entre si e a cada recomendação, são interdependentes e podem nortear a atuação dos órgãos do MEC, das Secretarias de Educação e de outras instituições, no sentido de favorecer a condução integrada do processo educacional.

Desta forma, pretende-se contribuir para a concretização dos pressupostos teóricos e, em consequência, da abordagem global sugerida para a educação nas áreas rurais.

1. A educação no meio rural deve fundamentar-se na realidade de sócio-econômica e cultural de cada grupo populacional de modo a favorecer o desenvolvimento integral do homem e da comunidade. Isto significa que deve oferecer tanto uma formação geral como capacitação para o trabalho e promover a participação na vida comunitária.

SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO
<p>A - EDUCANDO</p> <p>1.A.1. Conhecer a realidade sócio-econômica e cultural do meio rural, a nível regional, estadual, municipal, e a situação dos diversos grupos populacionais dentro dessa realidade.</p> <p>1.A.2. Estabelecer objetivos educacionais para os diversos grupos (crianças, jovens, adultos) com a participação dos mesmos, como forma de dimensionar o conteúdo e a organização curricular dos programas.</p>	<p>1.A.1.1. Desenvolver e testar metodologias a nível macro e micro para análise sócio-econômica e cultural das áreas rurais.</p> <p>1.A.1.2. Desenvolver programas de pesquisa sócio-educacional que permitam identificar características relevantes dos diversos grupos populacionais, problemas ou situações que interferem no desenvolvimento do processo educacional e no funcionamento do sistema, suas causas e possíveis soluções.</p> <p>1.A.2.1. Desenvolver e testar instrumentos que possibilitem identificar o nível de conhecimento e percepção dos diversos grupos populacionais, em função de programas a serem desenvolvidos.</p> <p>1.A.2.2. Desenvolver um programa de pesquisa sócio-educacional (pesquisa experimental) que envolva os diversos grupos populacionais.</p>

B - CURRÍCULO

- 1.B.1. Estimular a participação das Universidades nas atividades relacionadas à elaboração, implementação, avaliação e reformulação de currículos, abrangendo estudos, pesquisas, metodologias de avaliação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos.
- 1.B.1.1. Proceder a levantamentos sobre pesquisas e estudos relacionados a currículos, desenvolvidos ou em realização por universidades ou instituições de ensino superior, para efeito de divulgação e análise junto às equipes estaduais de currículo.
- 1.B.1.2. Identificar instituições de ensino superior ou grupos de pesquisa que tenham condições e interesses em desenvolver pesquisas ou atividades que apoiem as Secretarias Estaduais de Educação na elaboração, implementação, avaliação ou reformulação de conteúdos curriculares ou programas e proporcionar apoio técnico e financeiro a estas instituições ou grupos.
- 1.B.1.3. Estimular a integração das equipes estaduais de currículo com as Universidades ou estabelecimentos de ensino superior para levantamentos, desenvolvimento de metodologias, análises e experiências relacionadas a currículo.
- 1.B.1.4. Estimular as universidades, através do CRUTAC e de outros mecanismos, a promover estágios ou atividades no meio rural de forma a proporcionar aos futuros profissionais uma visão integrada dos problemas e perspectivas do meio rural.

- 1.B.2. Utilizar a flexibilidade da legislação de ensino para adequar permanentemente os conteúdos e programas educacionais às constantes mudanças sócio-econômicas e culturais.
- 1.B.3. Integrar os programas e, conseqüentemente, os conteúdos curriculares oferecidos pelas diversas instituições (federalis, estaduais, municipais) de forma a assegurar unidade e coerência e evitar duplicidades de ações.
- 1.B.2.1. Apoiar os grupos técnicos das Secretarias de Educação e dos núcleos regionais, através de seminários, intercâmbio de experiências, ciclo de estudos e documentos, com vista a melhoria progressiva dos currículos no meio rural.
- 1.B.3.1. Identificar órgãos da administração pública federal, regional, estadual, municipal, local e instituições privadas que desenvolvem programas de formação e capacitação de pessoal no meio rural, a fim de se promover sua articulação e entrosamento entre os diversos programas e respectivos conteúdos.

C — PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

- 1.C.1. Oferecer ao magistério do meio rural melhores condições de trabalho, mediante melhoria salarial, estímulo à atividade docente, segurança funcional (acesso e promoção) e social (previdência social).

- 1.C.1.1. Analisar os Estatutos do Magistério elaborados pelas Secretarias Estaduais de Educação, no sentido de identificar a situação do professor no meio rural nestes estatutos, divulgar e sugerir, quando possível, a introdução de normas ou mecanismos que venham a valorizar a atividade docente no meio rural.

D — MATERIAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM

- 1.D.1. Apoiar os programas educacionais com material didático necessário ao desenvolvimento das atividades docentes.

- 1.D.1.1. Identificar, para o ensino de 1.º grau e demais níveis ou modalidades, o material mínimo necessário ao desenvolvimento das atividades docentes, de acordo com as características das escolas na área e com os currículos adotados ou a serem adotados.

E - PLANEJAMENTO

- 1.E.1. Promover o aperfeiçoamento do processo de planejamento nas Secretarias de Educação, de forma que a programação para o meio rural se fundamente no conhecimento da situação sócio-econômica e educacional dessa realidade e nas necessidades e prioridades dos diferentes grupos populacionais conforme o estágio de desenvolvimento do setor agropecuário.

1.E.1.1. Coordenar as atividades de cooperação técnica prestada pelos órgãos do MEC aos sistemas estaduais de ensino, de forma que as equipes de planejamento estaduais sejam orientadas na elaboração de instrumentos para a análise da situação sócio-econômica do meio rural e percepção de problemas e prioridades dos grupos populacionais.

1.E.1.2. Identificar, nas Secretarias Estaduais de Educação, instrumentos, estudos e métodos utilizados no planejamento da educação nas áreas rurais, bem como estimular o intercâmbio deste material com outras equipes.

F - ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

- 1.F.1. Estruturar a educação no meio rural, a partir das condições geográficas, das possibilidades do meio e das aspirações dos diferentes grupos populacionais.

1.F.1.1. Identificar e analisar programas educacionais formais e não formais em desenvolvimento nas diferentes áreas rurais, observando seu impacto atual, complementaridade e articulação entre eles.

1.F.1.2. Definir instrumentos que possibilitem a identificação das necessidades e prioridades educacionais dos diferentes grupos populacionais, tendo em vista a organização do ensino e adequação dos procedimentos necessários à sua administração.

G – REDE FÍSICA

- 1.G.1. Atualizar os levantamentos da rede escolar existente no meio rural e identificar os demais espaços que potencialmente possam ser utilizados para a promoção de programas e atividades educacionais.
- 1.G.1.1. Promover, nas Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais, a elaboração de "cartas escolares", simples e operacionais que possibilitem a melhor localização e distribuição da rede física.
- 1.G.1.2. Sistematizar o intercâmbio de informações entre as Secretarias Estaduais de Educação e demais Secretarias (Saúde, Trabalho, Agricultura) no campo da programação de espaços educativos para o meio rural, com o objetivo de utilizar outros espaços para a promoção de programas educacionais e culturais da população.
- 1.G.2. Garantir à rede física existente as condições mínimas necessárias para o bom desempenho dos programas em desenvolvimento.
- 1.G.3. Estabelecer critérios de localização de espaços educativos levando em conta:
- dispersão da população no meio rural;
 - tamanho dos grupos populacionais a serem atendidos;
 - características geográficas;
 - conteúdos e necessidades dos programas educacionais.
- 1.G.2.1. Identificar as condições da rede física atual e providenciar sua melhoria de acordo com os programas existentes, sua localização e população a ser atendida.
- 1.G.3.1. Caracterizar as diversas áreas rurais e elaborar critérios sobre localização e construção de espaços educativos.
- 1.G.4.1.

14
15
16
17
18
19

26 1.G.4. Garantir, nas especificações sobre construções de espaços educativos no meio rural, elementos que assegurem sua adequação às características físicas das construções existentes no meio rural.

cativos que considerem: a distribuição da população nas áreas rurais, as características geográficas, as disponibilidades de material para construção, os tipos de atividades educacionais a serem desenvolvidas, tipos de construções existentes e as características da população das diversas áreas rurais.

2. A programação educacional nas áreas rurais deve ocorrer de forma simultânea e integrada com a dos demais setores da atividade econômica e social. Isto significa que os programas educacionais devem estar inseridos num processo de transformação permanente, no qual a educação possa responder adequadamente às necessidades da população de forma conjunta com os outros setores.

SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO
<p style="text-align: center;">A – EDUCANDO</p> <p>2.A.1. Conhecer a participação dos indivíduos nas atividades produtivas, para introduzir, periodicamente, as modificações que se tornarem necessárias nos programas educacionais.</p> <p style="text-align: center;">B – CURRÍCULO</p> <p>2.B.1. Estimular os grupos responsáveis pela elaboração de currículos para o meio rural, para uma visão antecipada do processo de transformação prevista para os demais setores e para a análise da repercussão das ações que venham a ser por eles programadas, de forma a dimensionar o impacto sócio-econômico nos diferentes grupos populacionais que necessariamente se traduzem em novos comportamentos a serem assumidos pelo conteúdo curricular.</p>	<p>2.A.1.1. Desenvolver instrumentos que facilitem o levantamento das características das ocupações e habilidades necessárias à mão-de-obra nas atividades econômicas do meio rural.</p> <p>2.A.1.2. Identificar instituições, órgãos e mesmo unidades de produção que possam fornecer, com certa periodicidade, informações que possibilitem a adequação permanente de conteúdos curriculares nas áreas rurais.</p> <p>2.B.1.1. Identificar como ocorrem as relações de produção no meio rural e o que os demais setores planejam a curto, médio e longo prazos para as diversas áreas rurais.</p> <p>2.B.1.2. Programar os conteúdos curriculares de forma a instrumentalizar os diferentes grupos populacionais, numa perspectiva de médio e longo prazos, garantindo uma formação específica segundo as necessidades emergentes e as prioridades de cada área rural.</p>

C - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

- 2.C.1. Criar ou dinamizar mecanismos e programas de treinamento em serviço, visando à atualização de conhecimentos para a elevação do nível qualitativo dos agentes educacionais, dando ênfase especial ao pessoal leigo e semiqualficado.
- 2.C.1.1. Incentivar os Colégios Agrícolas e as Escolas de Agronomia a participarem de programas de aperfeiçoamento e atualização dos professores que atuam nas áreas rurais, principalmente os responsáveis por programas que visem à iniciação ao trabalho e sondagem de aptidões.
- 2.C.1.2. Elaborar programas de habilitação e atualização que atendam aos agentes educacionais, diretamente, nos locais de trabalho.
- 2.C.1.3. Estimular o intercâmbio permanente de experiências entre as Secretarias de Educação, no que se refere a programas de formação e atualização de professores no local de trabalho.
- 2.C.2. Estimular os agentes educacionais para que se agrupem em associações ou outras formas de organização, como meio de garantir o intercâmbio permanente de experiências e conhecimentos, tanto entre os indivíduos como entre as associações e setores.
- 2.C.2.1. Apoiar, técnica e/ou financeiramente, as promoções educacionais e culturais das associações ou organizações de pessoal docente e técnico e/ou possibilitar a participação de elementos dessas associações em cursos, seminários ou outras atividades desenvolvidas pelo MEC ou Secretarias de Educação.

D – MATERIAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM

- 2.D.1. Apoiar os programas educacionais destinados aos diversos grupos populacionais, com material necessário ao desenvolvimento das atividades docentes (conforme explicitado no item 1.D.1).
- 2.D.1.1. Identificar para o ensino de 1.º grau e demais níveis e modalidades o material de apoio necessário ao desenvolvimento das atividades docentes, de acordo com as características das escolas no meio rural e com os currículos adotados ou a serem adotados.

E – PLANEJAMENTO

- 2.E.1. Aperfeiçoar o sistema de informações estatísticas sobre educação e cultura, a fim de possibilitar a elaboração de indicadores sócio-educacionais necessários ao planejamento educacional no meio rural.
- 2.E.1.1. Definir os indicadores educacionais e culturais necessários à compreensão da realidade educacional e cultural e traçar o plano de informações estatísticas para a composição desses indicadores.
- 2.E.1.2. Solicitar a colaboração dos órgãos federais, estaduais e regionais responsáveis pelos setores econômicos e sociais, para o levantamento dos principais problemas das áreas rurais, por sub-regiões, municípios e grupos populacionais mais significativos.
- 2.E.1.3. Identificar os sistemas de informação existentes em outros setores (Agricultura, Saúde, Trabalho), para a obtenção de informações de interesse na elaboração de programas educacionais para os diversos grupos populacionais.
- 2.E.1.4. Utilizar uma linguagem estatística apropriada ao meio rural, a fim de facilitar o planejamento da educação a nível local, estadual, regional e federal.

- 2.E.2. Desenvolver análises quantitativas do setor educação juntamente com os outros setores, de forma a subsidiar os grupos das Secretarias de Educação responsáveis pela programação.

F — ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

- 2.F.1. Estruturar o sistema de supervisão no meio rural, de forma a atender às necessidades educacionais e de acordo com as possibilidades do meio.

G — REDE FÍSICA

- 2.G.1. Considerar, nas especificações e estudos sobre construções de ambientes educativos no meio rural, a possibilidade de utilização desses ambientes para fins culturais e outras atividades da comunidade.

- 2.E.1.5. Divulgar, nas Unidades da Federação, os trabalhos sobre indicadores sociais que vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

- 2.E.2.1. Difundir uma metodologia de análise global entre os grupos de planejamento educacional das Unidades da Federação, enfatizando as relações e inter-relações entre a educação e os demais setores no meio rural.

- 2.E.2.2. Promover programas de aperfeiçoamento e atualização dos técnicos vinculados ao planejamento educacional nas Secretarias de Educação, nos aspectos de análise e programação quantitativa.

- 2.F.1.1. Analisar o sistema de supervisão existente, sua penetração no meio rural, os problemas para seu efetivo funcionamento, o desempenho dos supervisores, para que se possa redefinir, dinamizar e/ou criar um sistema de supervisão que atenda ao meio rural.

- 2.G.1.1. Caracterizar as diversas áreas rurais e elaborar especificações sobre construções de espaços educativos levando em conta: as características geográficas, as disponibilidades de material, os tipos de atividades educacionais a serem desenvolvidas, tipos de construções existentes e as características da população.

3. O processo educacional deve estruturar-se com grande flexibilidade para garantir que o planeamento dos recursos, formas e meios educacionais respondam às variadas situações ambientais e demográficas existentes no meio rural.

SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO
<p style="text-align: center;">A – EDUCANDO</p> <p>3.A.1 Identificar os valores, atitudes e comportamento dos diversos grupos populacionais no meio rural, como elementos básicos para a organização de programas educacionais; de currículos, de material de leitura e de métodos de ensino.</p>	<p>3.A.1.1. Promover estudos e pesquisas locais que visem ao conhecimento dos valores, atitudes, comportamentos e características próprias dos grupos populacionais do meio rural.</p> <p>3.A.1.2. Utilizar os programas de extensão universitária para o estudo das condições sócio-culturais da população no meio rural.</p> <p>3.A.1.3. Implantar programas de extensão escolar nos Colégios Agrícolas como forma de integração da escola com a comunidade (estágios, orientação a agricultores, e professores, etc.) como, também, de análise da situação sócio-cultural do município, microrregião.</p>
<p style="text-align: center;">B – CURRÍCULO</p> <p>3.B.1. Garantir que nos trabalhos de definição dos conteúdos curriculares o universo cultural da população do meio rural ocupe lugar destacado entre os elementos que fundamentam esta atividade.</p>	<p>3.B.1.1. Promover estudos que visem ao conhecimento do universo cultural e vocabulário da população das diferentes áreas rurais.</p>

C -- PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

3.C.1. Introduzir, nos programas de formação e aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico, elementos que despertem, orientem e impulsionem a análise de problemas e situações educacionais e a inter-relação existente com outras áreas da atividade econômica e social.

D -- MATERIAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM

3.D.1. Orientar os docentes do meio rural, através da supervisão, cursos, encontros, publicações, na complementação do material de apoio básico com materiais disponíveis no meio em que a escola está inserida, de acordo com os objetivos dos programas.

3.D.2. Assegurar que o material de apoio existente ou a ser oferecido aos estabelecimentos de ensino no meio rural possa ser utilizado em outros estabelecimentos e programas para os diversos grupos populacionais.

3.B.1.2. Estimular o estudo da função pedagógica dos recursos ambientais disponíveis no meio rural, nos diferentes programas educacionais.

3.C.1.1. Identificar os programas de habilitação ou aperfeiçoamento de magistério leigo existentes, analisá-los, avaliá-los no que se refere à sua efetividade e metodologias utilizadas, apoiá-los técnica e financeiramente, se necessário, e introduzir modificações nos currículos que levem os professores a uma maior compreensão da situação sócio-econômica no meio rural.

3.D.1.1 Orientar o pessoal técnico e principalmente o pessoal docente que atua em programas de educação não formal, através de cursos, seminários, encontros, publicações, sobre formas de identificar e de utilizar o material de apoio necessário, de acordo com os valores e percepção dos diferentes grupos populacionais.

3.D.2.1. Orientar o professor do meio rural na identificação e atualização do material de apoio necessário a sua atividade docente existente na comunidade (sindicatos, oficinas, fazendas).

E – PLANEJAMENTO

- 3.E.1. Captar as formas de comunicação predominantes entre indivíduos ou grupos populacionais, para utilizá-las no processo educacional no meio rural.

3.E.1.1. Desenvolver estudos e pesquisas para identificar formas e meios de comunicação (rádio, literatura de cordel, etc.) utilizados predominantemente entre indivíduos e grupos na área rural, como subsídios para planejamento de currículos, programas e outras atividades.

F – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO

- 3.F.1. Identificar formas ou mecanismos utilizados ou que possam vir a ser utilizados no desenvolvimento do processo educacional (educação regular ou não formal) e os mecanismos de avaliação e controle dos mesmos.

3.F.1.1. Analisar os programas de educação formal ou não formal que utilizam novas técnicas e instrumentos, para definir a viabilidade de utilização dessas técnicas e instrumentos na educação nas áreas rurais.

G – REDE FÍSICA

- 3.G.1. Garantir, na construção dos espaços educativos, a utilização dos recursos disponíveis no meio rural.

3.G.1.1. Caracterizar as diversas áreas rurais e elaborar especificações sobre construção de espaços educativos levando em conta: as características geográficas, as disponibilidades de material, os tipos de atividades educacionais a serem desenvolvidas, tipos de construção existente, as características da população (contidas no item 1.G.3).

4. O sistema educacional deve contar com os mecanismos necessários para possibilitar a adaptação sócio-econômica da população flutuante nas diferentes áreas. Isto significa que, para que esta população possa incorporar-se efetiva e produtivamente, deverá receber uma preparação que se ajuste às características e oportunidades sócio-econômicas das diferentes áreas.

SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO
<p style="text-align: center;">A – EDUCANDO</p> <p>4.A.1. Conhecer o fluxo migratório, suas características, fatores de expulsão e atração bem como as habilidades, aptidões e expectativas dos diferentes grupos populacionais que migram de áreas rurais para outras áreas.</p> <p style="text-align: center;">B – CURRÍCULO</p> <p>4.B.1. Programar os conteúdos curriculares para a população migrante, em estreita articulação com órgãos dos setores econômicos e sociais (saúde, agricultura, trabalho), de modo a permitir a incorporação produtiva dos indivíduos nos trabalhos locais.</p>	<p>4.A.1.1. Incentivar o intercâmbio de informações entre os órgãos educacionais e órgãos estaduais, regionais ou federais que detêm informações sobre emprego, mão-de-obra, migrações e a análise conjunta destes dados.</p> <p>4.A.1.2. Promover uma coordenação das ações a serem desenvolvidas pelo MEC, ou Secretarias Estaduais de Educação, no meio rural com a participação do SENAR, PIPMO, EMBRATER e outros.</p> <p>4.B.1.1. Utilizar os levantamentos e estudos feitos pelo Ministério do Trabalho em termos de Classificação Nacional de Ocupações, de forma a identificar opções e possibilitar a análise sobre as necessidades do mercado de trabalho nas áreas rurais e periféricas.</p>

C — PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

- 4.C.1. Definir critérios e mecanismos que facilitem a contratação ou indicação de pessoal docente para atender a população migrante, segundo as necessidades próprias desta população.

D — MATERIAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM

- 4.D.1. Preparar material de apoio básico que possa ser deslocado para outras áreas que recebem a população migrante para apoiar os programas educacionais destinados a essa população.

E — PLANEJAMENTO

- 4.E.1. Intensificar os trabalhos de análise no processo de planejamento, de forma a manter um conhecimento atualizado dos seguintes aspectos:
- novas áreas a serem incorporadas ao processo produtivo no meio rural;
 - perspectivas de mudança das culturas do setor agrícola;
 - políticas sobre a estrutura fundiária e utilização dos solos;
 - necessidades e perspectivas de utilização de mão-de-obra nos setores secundário e terciário.

- 4.C.1.1. Analisar as informações disponíveis no Ministério do Interior e IBGE sobre as migrações, a fim de identificar as características destas (intensidade, localização, periodicidade), o nível educacional da população migrante, e assim equacionar os programas educacionais, a disponibilidade de espaços educativos e recrutamento de professores.

- 4.D.1.1. Identificar áreas onde o fenômeno migratório se verifica e estudar como a pressão sobre o sistema educacional tem sido equacionada pelas Prefeituras ou Secretarias de Educação, no que se refere ao material de apoio utilizado nestas circunstâncias.

- 4.E.1.1. Garantir, nos grupos responsáveis pelas análises que fundamentam o planejamento educacional nas Secretarias de Educação, a interdisciplinaridade para o conhecimento da área rural.

F – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

4.F.1. Introduzir, na organização e administração do processo educacional, critérios, normas e mecanismos que permitam a adequação dos programas educacionais com as condições em que se encontra a população migrante.

4.F.1.1. Analisar, através do contato com alunos e famílias, a organização do trabalho no meio rural (distribuição de trabalho, período de trabalho, responsabilidades), a fim de organizar adequadamente as atividades educacionais (currículos, atividades extraclasses, horários e outras).

5. A experimentação e inovação educacionais devem constituir parte central no planejamento do sistema, como meio de garantir uma renovação constante nos conteúdos curriculares e uma expansão coerente e progressiva do serviço educacional no meio rural. Isto é, a elaboração dos programas deve basear-se nas experiências e inovações vivenciadas pelos agentes educacionais locais e nos avanços tecnológicos, e estar relacionados às mudanças introduzidas nos outros setores.

SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO
<p style="text-align: center;">A – EDUCANDO</p> <p>5.A.1. Avaliar o impacto das ações nos diferentes grupos populacionais, como um dos critérios para expansão de experiências e inovações educacionais.</p> <p style="text-align: center;">B – CURRÍCULO</p> <p>5.B.1. Vincular as atividades de atualização e definição de novos currículos ao processo de experimentação e inovação, como meio de garantir sua plena correspondência às necessidades do meio rural.</p>	<p>5.A.1.1. Identificar, através do intercâmbio, as experiências educacionais inovadoras no meio rural.</p> <p>5.B.1.1. Estabelecer contato com os grupos responsáveis por experiências e inovações no meio rural e apoiá-los para que tenham o suporte necessário, e promover o intercâmbio e a divulgação das experiências entre as Secretarias Estaduais de Educação, entre técnicos e professores.</p>



C — PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

- 5.C.1. Identificar experiências educacionais inovadoras, seja no que se refere a metodologias, novas técnicas de ensino, novos materiais, tecnologias, outras, analisá-las, avaliá-las e apoiá-las, técnica e financeiramente, dentro do critério de viabilidade.

5.C.1.1. Atribuir às equipes de currículo das Secretarias Estaduais de Educação o papel de identificar, analisar e avaliar experiências educacionais inovadoras para subsidiar e fortalecer o pessoal docente.

D — MATERIAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM

- 5.D.1. Acompanhar os resultados decorrentes da introdução de novos materiais e verificar a possibilidade de expansão dos mesmos.

5.D.1.1. Identificar experiências sobre renovação ou inovação no que se refere a material de ensino-aprendizagem em escolas do meio rural, analisá-las e, se necessário, divulgá-las.

E — PLANEJAMENTO

- 5.E.1. Introduzir no processo de planejamento a experimentação como forma de garantir a constante adequação da ação educacional às necessidades da população rural.

5.E.1.1. Identificar métodos e técnicas inovadoras na área do planejamento que vêm sendo utilizados ou que possam ser utilizados ou testados pelas equipes de planejamento das Secretarias de Educação.

5.E.1.2. Desenvolver mecanismos, instrumentos e métodos de avaliação dos resultados dos programas educacionais no meio rural, como forma de redefinir objetivos e programas.

F – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

- 5.F.1. Garantir e incentivar a experimentação e inovação nos métodos, na organização e administração do ensino, como forma de facilitar a adequação a novas situações.
- 5.F.1.1. Elaborar documentos simples sobre organização e administração escolar para orientar o pessoal técnico, administrativo e docente das áreas rurais.
- 5.F.1.2. Identificar experiências inovadoras na área de organização e administração do ensino, analisá-las, apoiá-las e divulgá-las quando for o caso.

6. A participação no processo educacional das associações de base, das famílias e do pessoal técnico que atua nos setores da atividade econômica e social constitui um dos principais fatores para garantir uma atuação educacional integrada às condições e características do meio rural. Isto exige que o planejamento educacional tenha como ponto de partida o nível educativo e cultural da própria população que atua no meio rural e, ao mesmo tempo, constitua o centro do desenvolvimento do processo educacional.

SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO
<p style="text-align: center;">A – EDUCANDO</p> <p>6.A.1. Estimular a participação da população do meio rural na realização e manutenção de programas educacionais, na medida de suas possibilidades.</p> <p style="text-align: center;">B – CURRÍCULO</p> <p>6.B.1. Incorporar ao processo de definição, elaboração e avaliação dos currículos a consulta às associações de base existentes no meio rural.</p> <p style="text-align: center;">C – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO</p> <p>6.C.1. Garantir a participação de associações ou organizações, que congregam pessoal docente e técnico, em programas de aperfeiçoamento, atualização ou em outras atividades afins.</p>	<p>6.A.1.1. Promover a criação de cooperativas entre os educandos, orientadas pelos agentes educacionais, devendo ser consideradas como parte integrante do processo de formação, buscando-se também o envolvimento de outros grupos da população.</p> <p>6.B.1.1. Identificar associações de base que atuam no meio rural para solicitar sua participação em atividades de elaboração e avaliação de currículos.</p> <p>6.C.1.1. Identificar associações ou organizações existentes a fim de se estudar formas de cooperação e ações conjuntas possíveis e coletar subsídios para programas que venham a beneficiar o pessoal docente e técnico.</p>

D – MATERIAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM

- 6.D.1. Facilitar o material didático disponível na rede educacional para as associações de base, como meio de promover a elevação do nível educacional e cultural de seus associados e de manter maior intercâmbio de experiências.

E – PLANEJAMENTO

- 6.E.1. Definir um processo de intercâmbio periódico de informações e análises estatísticas entre os grupos responsáveis pelo planejamento educacional nas Secretarias de Educação e as associações de base no meio rural.

6.E.1.1. Desenvolver formas e mecanismos de comunicação entre as associações de base e a comunidade rural com as equipes responsáveis pelo planejamento educacional, com o objetivo de captar informações sobre as necessidades educacionais e expectativas dos grupos populacionais.

F – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

- 6.F.1. Definir um sistema de avaliação de programas e projetos educacionais do qual possam participar associações de base, técnicos locais e famílias.

6.F.1.1. Definir mecanismos e instrumentos para a avaliação de programas e projetos e a forma de envolver os agentes educacionais, famílias e associações de base nesse processo.

G – REDE FÍSICA

- 6.G.1. Estimular a utilização dos espaços educativos disponíveis na rede educacional e nas associações de base, nos trabalhos de promoção e elevação do nível educacional e cultural da população do meio rural.

7. A ação docente, a orientação e supervisão educacionais deverão assumir o papel de agentes de mudança na implementação da nova abordagem conferida à educação no meio rural. Isto significa que estas atividades são as mais diretamente responsáveis pela viabilização da concepção e dinâmica que se pretende introduzir no meio rural.

SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO
<p style="text-align: center;">B – CURRÍCULO</p>	
<p>7.B.1. Estruturar o currículo de forma a facilitar a integração entre as diferentes áreas de conhecimento e garantir a orientação e supervisão global na implementação do mesmo.</p>	<p>7.B.1.1. Estimular o intercâmbio das experiências curriculares entre os diversos grupos que atuam neste campo, como também entre o pessoal docente e de pesquisa das universidades.</p>
<p style="text-align: center;">C – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO</p>	
<p>7.C.1. Assegurar ao pessoal docente no meio rural orientação e supervisão, seja através de contatos diretos entre supervisores e professores, seja através de publicações, manuais, cursos e outros.</p>	<p>7.C.1.1. Avaliar o sistema atual de orientação e supervisão no meio rural, sua abrangência, seus resultados, seus mecanismos, no sentido de propor novos mecanismos e instrumentos com vistas à melhoria da supervisão.</p>
<p style="text-align: center;">D – PLANEJAMENTO</p>	
<p>7.D.1. Considerar os orientadores e supervisores como elementos de ligação entre a realidade rural e a administração educacional a nível estadual, no sentido de garantir a realimentação do processo.</p>	<p>7.D.1.1. Dinamizar os sistemas de supervisão de forma a garantir que as informações obtidas pelos supervisores, em seu contato com a realidade educacional, sejam utilizadas no planejamento de ações para o meio rural.</p>

8. A concentração de recursos financeiros em programas amplos que possam assegurar a presença oportuna (em termos de tempo, espaço, qualidade e quantidade) dos componentes vinculados ao processo educacional constitui a base estrutural da programação financeira para o meio rural. Equivale dizer que a pulverização dos recursos em uma grande variedade de projetos desarticulados leva ao crescimento desordenado do sistema educacional e a maiores custos. No entanto, uma ação concentrada dos diferentes órgãos permite um atendimento mais global e adequado às populações das áreas rurais.

SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER GERAL	SUGESTÕES DE AÇÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO
<p style="text-align: center;">A – EDUCANDO</p> <p>8.A.1. Proporcionar aos diversos grupos populacionais, na medida do possível, as condições mínimas necessárias para que possam acompanhar os programas educacionais e obter bom desempenho (atendimento médico e odontológico, alimentação escolar, material escolar e outros).</p> <p style="text-align: center;">B – CURRÍCULO</p> <p>8.B.1. Assegurar, através da integração dos diferentes setores nos currículos para a área rural, atividades de iniciação ao trabalho, de forma a proporcionar aos alunos conhecimentos que lhes permitam exercer atividades específicas/produativas.</p>	<p>8.A.1.1. Desenvolver, incentivar e dinamizar programas ou atividades que venham a melhorar as condições de saúde e nutrição dos grupos populacionais no meio rural.</p> <p>8.B.1.1. Identificar experiências de iniciação para o trabalho no meio rural, analisá-las, orientá-las, apoiá-las e divulgar seus resultados.</p>



C - PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

- 8.C.1. Estimular a participação do professor em programas não formais de ensino, em atividades comunitárias, em campanhas e outras.

8.C.1.1. Identificar programas educacionais que atinjam o meio rural e que estejam sob coordenação de outros órgãos federais, estaduais, regionais ou municipais, a fim de se estudar a possibilidade de ampliar as funções do professor pela sua participação em vários programas.

E - PLANEJAMENTO

- 8.E.1. Concentrar, de acordo com as prioridades estabelecidas pelas Secretarias Estaduais de Educação, os recursos financeiros disponíveis em programas integrados ou que guardam estreita relação entre si, a fim de garantir maior efetividade na aplicação dos recursos.

8.E.1.1. Dar prioridade na alocação de recursos aos programas integrados (que se concentrem em atender um grupo populacional ou capazes de envolver diversos grupos populacionais) ou que guardem estreito relacionamento (construção, currículo, material, treinamento) e destinar os recursos de forma global a fim de possibilitar maior flexibilidade na utilização dos recursos.

- 8.E.2. Simplificar, na medida do possível, as normas existentes no setor para alocação e repasse de recursos, de forma a facilitar a integração com os recursos previstos por outros setores para o meio rural.

F - REDE FÍSICA

- 8.F.1. Estimular a população para que participe do esforço de manutenção dos espaços educacionais disponíveis.

8.F.1.1. Dar às associações ou grupos mais diretamente ligados à educação o encargo da manutenção dos espaços educativos.

IV - LINHAS DE PROGRAMAÇÃO

Na tentativa de subsidiar a definição da programação, visando à efetivação das recomendações e ações propostas, ressaltam-se alguns aspectos:

- A programação pode ser estruturada dentro de diferentes enfoques, tais como:
 - níveis e modalidades de ensino (1º grau, 2º grau, supletivo, etc.)
 - componentes educacionais (rede física, recursos humanos, currículo e outros)
 - grupos populacionais (crianças, jovens, adultos)
 - características sócio-econômico-culturais das diferentes áreas
 - outros.
- A programação deve ter como ponto de partida os programas prioritários de desenvolvimento das áreas rurais. Entre estes programas podem ser destacados o POLONORDESTE, POLAMAZÔNIA, Projetos de Colonização do INCRA, Projetos para a População de Baixa Renda, Programas de Formação de Mão-de-Obra e o Projeto de Interiorização do Atendimento de Saúde — PIAS. Neste caso, a programação educacional se articularia com os objetivos e metas desses programas.
- A programação deve assegurar uma atuação integrada e integral da educação com as condições e características de vida existentes no meio rural. Isto significa que o ordenamento das ações na programação deve ser de tal forma que responda aos fatos, problemas e demandas específicas dos diferentes grupos populacionais no seu desenvolvimento. Portanto, deverá basear-se na consideração dos diversos elementos que incidem em cada uma das situações de ruralidade, para, a partir delas, formular programas amplos, cujo eixo central seja a "ação educativa" apoiada principalmente nos recursos locais e nas ações dos demais setores.

Dentro desta perspectiva, são apresentadas a seguir algumas estratégias, levando-se em conta seu alcance, instrumentos e mecanismos necessários:

Concentração de Serviços Educacionais, tendo em vista:

- a promoção do desenvolvimento integrado das áreas rurais, através da localização apropriada e concentrada de serviços múltiplos que apoiem os diversos aspectos da vida rural, destacando-se a elevação do nível educativo da população;

- o estabelecimento de uma infra-estrutura para a promoção de ações educacionais que considerem as necessidades da população nas áreas em que vive e os fenômenos de dispersão e flutuação dos grupos populacionais;
- a aplicação articulada e concentrada dos recursos governamentais orientados ao desenvolvimento das áreas rurais com as iniciativas particulares;
- a definição de uma sistemática de acompanhamento do processo educacional no meio rural e de estudo permanente de suas relações e inter-relações com os demais setores.

Assim sendo, o programa teria como fundamentos técnicos as "cartas escolares" das áreas rurais e, em decorrência delas, a nuclearização escolar. No programa seriam considerados os níveis e modalidades educacionais que possam garantir um atendimento amplo à população e um relacionamento adequado entre os diversos conteúdos.

— *Ação Comunitária*

A participação da população do meio rural é considerada como ponto central para a extensão e elevação do nível qualitativo do processo educacional. Em outros termos, pode-se afirmar que constitui uma das garantias de interiorização mais adequada e oportuna do serviço educacional. Com base na importância dessa participação, ações podem ser desenvolvidas visando:

- ao estímulo à organização da população em função da melhoria das condições de vida e do estágio de desenvolvimento das áreas rurais;
- à motivação para alcançar maiores níveis educacionais;
- ao conhecimento adequado das necessidades e situação da população, às exigências do mundo do trabalho e ao dimensionamento e respostas da educação;
- à articulação da educação com os setores de produção em ações e medidas específicas que promovam uma efetiva participação da população no processo educacional e no desenvolvimento da região;
- à criação e apoio a mecanismos que fomentem o maior contato e integração da população no processo educativo;
- à co-responsabilidade da comunidade na definição, implementação e avaliação dos programas educacionais para o meio rural.

O programa teria como apoio central às suas ações os movimentos cooperativistas e as associações de base. Assim, seriam levadas em conta desde as formas predominantes na comunicação entre os grupos, jornais locais, literatura de cordel, até as condições e horários de trabalho e os problemas alimentares e de saúde da população, isto é, aqueles aspectos que facilitam ou limitam a participação da população.

— *Promoção dos Agentes Educacionais do Meio Rural*

Por agente educacional entende-se toda pessoa que, dado seu grau de conhecimentos e/ou habilidades para o trabalho, pode apoiar outros no processo de aquisição, compreensão e manejo dos mesmos. Neste sentido, o pessoal docente do sistema educacional, os técnicos e profissionais que trabalham em outras atividades no meio rural, o agricultor, o artesão e outros fazem parte do conceito de agentes educacionais aqui utilizado. O que se deve buscar, então, é estimular, sistematizar e

efetivar sua participação nos diferentes programas educacionais. Naturalmente que, num primeiro momento, o pessoal docente vinculado diretamente à administração do sistema educacional, requererá um tratamento especial, em face do seu envolvimento direto no processo de ensino-aprendizagem. A promoção dos agentes educacionais poderá ser alcançada mediante diferentes ações que visem:

- à implementação de formas diversas de incorporação dos agentes educacionais nos vários programas;
- à elaboração e desenvolvimento de projetos de formação, capacitação e atualização dos agentes educacionais, visando a sua melhor participação no processo educacional;
- à definição e aplicação de estímulos ao envolvimento sistemático dos agentes educacionais nos diversos programas;
- à criação de condições que favoreçam a comunicação e contato entre os diversos agentes educacionais;
- ao estudo, junto às unidades de produção, sobre as formas e condições de participação de seus membros na elevação do nível educacional da comunidade.

O programa pode ser promovido com a colaboração estreita das associações de professores e de pessoal da administração pública, das associações de empresários, dos sindicatos de trabalhadores e demais organizações que atuam no meio rural. Obviamente, as finalidades do programa exigem uma ampla articulação com outros setores e organismos, de forma a configurar e implementar as estratégias que o devem orientar.

— *Adequação dos Conteúdos Educacionais*

As características e condições que apresenta o meio rural e as necessidades de seus habitantes fazem com que o processo de elaboração de conteúdos educacionais deva incorporar todos os elementos próprios ao desenvolvimento destas áreas. Significa que sua formulação e estruturação têm origem na própria realidade rural. Portanto, sua correspondência e equivalência com os conteúdos da educação para o meio urbano não devem dar-se em função de graus de ensino, senão em função da melhoria do nível de vida que se espera atinjam os diversos grupos populacionais. Nestes termos, programas ou ações poderiam se orientar para:

- o estudo do universo cultural e vocabular, das necessidades e carências da população do meio rural, para dimensionar as diferentes ações educativas;
- a preparação de orientadores e supervisores educacionais e sua incorporação ao sistema em número suficiente e em condições de responsabilizar-se pela dinâmica que o programa exige;
- a articulação efetiva entre as universidades, centros de pesquisa e grupos responsáveis pela formulação e elaboração dos conteúdos educacionais, para garantir o nível de qualidade da educação no meio rural a partir de sua própria realidade;
- o estímulo às experiências e inovações em matéria educacional no meio rural;
- a incorporação dos recursos ambientais ao processo educacional;
- a elaboração de técnicas e mecanismos que facilitem o conhecimento atualizado do impacto das ações sobre a população, das mudanças nas

unidades de produção e, assim, favorecendo uma programação conjunta.

— *Preparação para o Trabalho*

A preparação para uma participação prematura no mundo do trabalho é necessidade vital da população do meio rural. Tanto as relações de trabalho como as modalidades de participação no processo produtivo assumem características diferentes das do meio urbano. Assim, o sentido de uma educação para o trabalho adquire significado especial no meio rural. E, neste caso, a educação deve-se orientar, principalmente, para uma capacitação básica do indivíduo para o exercício da função produtiva. A especialização técnica e a preparação para o desempenho de um trabalho específico passam a ter uma importância relativa nas áreas rurais, em função, entre outros aspectos, do grau de mecanização e automação do processo produtivo existente em tais áreas.

A preparação dos diversos grupos populacionais para o desempenho de atividades produtivas poderá ser alcançada ou dinamizada através:

- da ampliação das funções dos Colégios Agrícolas e Escolas de Agronomia, a fim de que possam oferecer orientação aos agentes educacionais e prestar serviços diretos à população dentro dos objetivos de incrementar a produção e de elevar a produtividade;
- da implementação de formas e mecanismos que facilitem e promovam a incorporação das unidades de produção no processo de educação;
- da viabilização da terminalidade real a nível de 1º grau;
- de estudos que apresentem a situação das relações: "função produtiva-educação", "área geoeconômica-educação" e "níveis de desenvolvimento econômico-educação", com o objetivo de obter subsídios para a formulação de projetos específicos de formação e capacitação.

Cabe destacar a necessidade de articulação deste programa com a atuação do SENAR/Ministério do Trabalho e com as ações de capacitação que desenvolve a EMBRATER/Ministério da Agricultura e outros.

— *Descentralização da Administração Educacional*

O fortalecimento da administração da educação no meio rural é requisito essencial para a elevação da qualidade e obtenção de resultados mais adequados às diferentes situações de ruralidade. Tal aspecto deverá levar em consideração as características próprias do meio rural e os fundamentos da abordagem dada à educação. Neste sentido, considera-se que a descentralização da administração educacional constitui a forma básica de responder à situação rural. Apresentam-se como pontos principais de atuação, com vistas à descentralização:

- o estabelecimento de unidades técnico-administrativas nas sedes municipais e distritos mais significativos, que possam servir de apoio ao desenvolvimento educacional no meio rural;
- valorização, junto às diferentes concentrações de serviços para o desenvolvimento das áreas rurais, dos elementos técnico-administrativos necessários à condução e apoio dos programas e ações educacionais no meio rural;
- cooperação técnica com os centros educacionais das áreas rurais (escolas, unidades de produção, outros), nos aspectos da administração da educação, com o objetivo de contribuir para seu desenvolvimento

- mais autônomo e flexível;
- o desenvolvimento de técnicas e mecanismos que facilitem o acompanhamento e avaliação das ações educacionais no meio rural, para realimentar o processo de descentralização dentro de padrões razoáveis de qualidade e de resposta adequada à população demandante.

Finalmente, não se deve esquecer a interdependência que se apresenta em termos administrativos, quando se parte do princípio de promover o desenvolvimento rural dentro dos critérios de integração e intersetorialidade.

— *Vinculação de Recursos para a Educação no Meio Rural*

A canalização de recursos, neste caso, é compreendida como o estabelecimento do equilíbrio na promoção da educação para o meio urbano e rural e a viabilização do aproveitamento de todos os recursos existentes nas áreas rurais. Neste sentido, não se trata de mobilizar recursos financeiros para as áreas rurais com critérios similares aos aplicados nas áreas urbanas. Trata-se, no entanto, de garantir um atendimento específico segundo os objetivos de desenvolvimento, necessidades e aspirações da população e conforme os recursos efetivamente existentes e aproveitáveis no meio rural. Assim sendo, o programa poderia estar voltado para:

- definição de um sistema de financiamento para o setor, no qual a educação conte com fontes, critérios de alocação de recursos e instrumentos para sua aplicação, dimensionados segundo características próprias;
- levantamento dos recursos existentes no meio rural, por áreas e tipos de produção, possíveis de serem incorporados ao processo educacional, e definição das condições nas quais eles poderiam cumprir, efetivamente, um papel educativo;
- elaboração de instrumentos de planejamento e programação que facilitem a nível estadual, regional e local a aplicação de recursos de diversos setores em ações de desenvolvimento rural;
- financiamento de projetos-piloto em diferentes realidades rurais que sirvam de base para a consolidação da abordagem sugerida para a educação no meio rural.

Na promoção de um programa desta natureza devem ser envolvidos outros projetos de desenvolvimento rural como instrumentos de estímulo à geração de um desenvolvimento rural integrado que responda às necessidades próprias, incorpore e complemente os recursos disponíveis.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Antônio Cabral de. *Brasil: política social e política educacional* — II Curso de Planejamento e Administração da Educação para o Desenvolvimento Integrado das Áreas Rurais. Garanhuns (PE), 1977. (mimeo.).
- BRASIL. Leis, Decretos, Exposições de Motivos. ----- . Documentos vários das Secretarias de Estado das unidades federadas.
- BREMBECK, Cole S. & HOVEY, Richard. "L'éducation pour le développement rural: tendances actuelles". *Perspectives*, Paris, 3(2), 1973.
- CALASANZ, Maria Julieta Costa. *Educação para o desenvolvimento rural integrado*. Fundação Getúlio Vargas. I Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais. Natal, 1976. (mimeo.).
- CARVALHO, I. Carlos M. de. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO/ CODEVASF. *Programação Global 1977/79 e plano operativo para 1977* -Setor Educação — (mimeo.).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/CNBB. Documentos vários.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA/ CONTAG. *Relatório anual - atividades de 1975* — (mimeo.).
- Questões agrárias — legislação trabalhista rural - Coleção CONTAG - Documento 7.
 - Cooperativismo e agricultura de grupos. Coleção CONTAG n? 26.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*, 2 ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1977.
- DORNAS, H. *A problemática da população agrícola no Nordeste e a estrutura sócio-econômica gerada: A relação homem-ter-*
ra. II Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais. Garanhuns, MEC/SEG, UNESCO, 1977. (mimeo.).
- FAURE, Edgar et alii. *Aprender a ser*. Aliança/UNESCO, 1974.
- FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL -FASE. *Plano anual de trabalho - 1977*. Síntese. Rio, novembro de 1976.
- FRAITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo, Edart, 1977.
- FURTER, Pierre. Educação de adultos e educação extra-escolar nas perspectivas da educação permanente. *Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos*, 59 (131): 410 - 22, 1975.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. Desigualdades no acesso à educação de nível médio. *Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos*, 48: 32 — 43, jul./set./1967.
- GUSSO, Divonzir Artur. *Função do componente educação nos programas de desenvolvimento rural integrado* — (IPEA/ CNRH). I Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais. Natal, 1976. (mimeo.).
- HOFFMAN, H. K. "L'éducation pour le développement rural: aspects de la planification." *Perspectives*, Paris, 3(2). 1973.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*. 1970.
- KANTSBY, K. *A questão agrária*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Laemmert, 1968.
- LOZANO, Romero Simon. *O planejamento da educação*. MEC/Brasília, 1976.
- MARQUES, A. Emílio. *Financiamento e despesas com educação no Brasil*. II Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais. Garanhuns, MEC/SEG/ UNESCO, 1977. (mimeo.).

- MELLO, M.C.I. e. *O bóia-fria, acumulação e miséria*. 2. ed. Petrópolis, Editora Vozes.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA. *Ação Associativista* — número 2 — Departamento de Desenvolvimento Rural.
- . O estatuto da terra - 1965/1976 — junho, 1976.
- . Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER.
- . Programa Nacional de Assistência e Extensão Rural - PRONATER - 77. Documento Básico, Brasília, 1977.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. // *Plano Setorial de Educação e Cultura*. (1975/1979).
- . *Política Nacional Integrada da Educação*. 1975.
- . *Aspectos da organização e do funcionamento da educação no Brasil*. XXXIV Reunião Internacional da Educação. UNESCO, Genebra, 1973.
- . GRUPO ESPECIAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL. Relatórios de viagens aos estados do Norte e Nordeste. Abril, 1977. (mimeo.).
- . *Estudos sobre as regiões Norte e Nordeste*. Brasília, 1977. (mimeo.).
- . *Metodologia de planejamento da educação para o desenvolvimento integrado de áreas rurais*. Brasília, 1976. (mimeo.).
- . *Metodologia de análise das áreas rurais*. Brasília, 1977. (mimeo.).
- . *Formulação e elaboração de projetos*. Brasília, 1977. (mimeo.).
- . I Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais.
- . *Proposta preliminar de um plano educacional para a zona rural da região do Seridó*. (1978/1980). Outubro, 1976. 3 volumes, (mimeo.).
- . II Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais. Garanhuns (PE), 29 de agosto a 30 de setembro de 1977.
- . *Proposta preliminar de um plano educacional para a zona rural da região do Agreste Meridional*. (1977/1982).
- . *Projeto de concentração de serviços educacionais e culturais*. 2 volumes, (mimeo.).
- . Departamento de Ensino Fundamental. -PROMUNICÍPIO. Documentos vários.
- . *Atuação do Departamento de Ensino Fundamental no ensino de 1. grau para a zona rural*. II Curso de Planejamento e Administração da Educação para o Desenvolvimento Integrado das Áreas Rurais. Garanhuns, 1977. (mimeo.).
- . *Modelo de avaliação de currículo*. Série Ensino Fundamental n. 17.
- . *Sistemática operacional*, 1978.
- . *Diretrizes para o ensino no meio rural do Nordeste*. Garanhuns, 1976. (mimeo.).
- . Departamento de Ensino Supletivo. — Documentos vários.
- . Departamento de Ensino Médio. — Documentos vários.
- . Departamento de Assuntos Universitários. — Documentos vários.
- . Departamento de Assuntos Culturais. — Documentos vários.
- . Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. — *Referências bibliográficas*. Teses e Pesquisas. Brasília, 1977. (mimeo.).
- . *Projetos de pesquisa desenvolvidos com apoio financeiro do INEP*. (mimeo.).
- . Movimento Brasileiro de Alfabetização/MOBRAL. — Documentos vários.
- . Serviço de Estatística da Educação e Cultura/SEEC. *Sinopse estatística*. Vários anos.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — MINTER/SUDENE. // *Plano Nacional de Desenvolvimento*. Programa de Ação do Governo para o Nordeste (1975/1979), abril/1975.
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL. *Boletim estatístico*. Coordenadoria de Planejamento, 1975.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Manual para programas de penetração rural*. Brasília, 1976.
- MOTOOBA, Takeshi. "L'éducation pour le développement rural: les investissements dans les pays en voie du développement". *Perspectives*, Paris (2). 1973.
- Movimento de Educação de Base/MEB. "Plano Trienal do Movimento de Educação de Base, 1975." *O camponês*. Natal, julho, 1975.
- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo — MEPEP. *Relatório das atividades*, 1975. Relatório Final — II, Simpósio, 1976.
- PAIVA, Vanilda T. *Educação popular e educação de adultos*: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo, Ed. Loyola, 1973.

- PERNAMBUCO/Secretaria** de Educação e Cultura. *Análise da região do Agreste Meridional de Pernambuco*. . // *Curso de Planejamento e Administração da Educação para o Desenvolvimento Integrado das Áreas Rurais*. Garanhuns, 1977.
- . Documentos vários.
- SUDENE/DRH - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Departamento de Recursos Humanos. "Educação do Nordeste do Brasil - 1? Relatório". 1974. (mimeo.)
- SZMRECSANYI, T. et alii.** *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Editora Nacional, 1976.
- UNESCO/OREALC. *Educación para el desarrollo integrado de las zonas rurales de América Latina Y el Caribe*. Santiago de Chile, 1976. (mimeo.).
- . *Metodología de planificación de la educación para el desarrollo integrado de las zonas rurales*. Santiago de Chile, 1977 (mimeo.),
- . *Consideraciones sobre el empleo y sus relaciones con la educación y la capacitación en los médios rurales*. Santiago de Chile, 1976. (mimeo.).
- , *Algunas realizaciones en el campo de la planificación curricular en las zonas rurales*. Santiago de Chile, 1976. (mimeo.).
- . *Pasos hacia la educación abierta*. Santiago de Chile, 1977. (mimeo.).
- YOUNG, DOUGLAS e CORUM, Kenton. "O impacto diferencial de algumas políticas de acordo com o tamanho da propriedade..." (mimeo.).

Composto e Impresso
nas Oficinas da Editora Uberaba Ltda.
CRS 506 - Bloco B - Entrada 27 - 1º Andar
Telefone: 244-4392 - Brasília - DF

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)